

ANÁLISE DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS DO IFES – CAMPUS IBATIBA: UMA ABORDAGEM CRÍTICA

Autoria

MARESSA DO CARMO HUBNER JANUARIO - maressahubner2016@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGAdm / UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
NA / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

Fagner Carniel - fcarniel@uem.br

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / UEM - Universidade Estadual de Maringá
Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional / UFPR - Universidade Federal do Paraná

ADONAI JOSÉ LACRUZ - prof.lacruz@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGAdm / UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi criado com a finalidade de aumentar a permanência dos jovens na educação pública federal, visando atender aos alunos de classes menos favorecidas e vulneráveis. O PNAES é operacionalizado pelas ações do Programa de Assistência Estudantil (PAE) nas instituições de ensino federal. No Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) campus Ibatiba, o PAE é composto pelos auxílios alimentação, transporte, monitoria, didático/uniforme e financeiro. Esta pesquisa, de natureza qualitativa, caracterizada como um estudo de caso único, numa abordagem crítica, objetivou investigar se o PAE do Ifes campus Ibatiba colabora com a permanência dos alunos na instituição, sob perspectiva analítica da Teoria da Reprodução de Bourdieu. Foram feitas 49 entrevistas semiestruturadas com alunos e ex-alunos do ensino técnico integrado ao ensino médio, responsáveis legais pelos alunos e ex-alunos, professores e técnicos administrativos; e foram analisados por meio de análise de conteúdo. Os resultados sugerem impacto positivo do PAE na permanência dos alunos na Instituição, com efeitos no capital econômico, simbólico, social e cultural dos alunos. E emergiu o aspecto de senso comunitário em torno do PAE: a busca pela permanência na escola dos alunos em situação de desigualdade social e vulnerabilidade.

ANÁLISE DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS DO IFES – CAMPUS IBATIBA: UMA ABORDAGEM CRÍTICA

Resumo

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi criado com a finalidade de aumentar a permanência dos jovens na educação pública federal, visando atender aos alunos de classes menos favorecidas e vulneráveis. O PNAES é operacionalizado pelas ações do Programa de Assistência Estudantil (PAE) nas instituições de ensino federal. No Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) *campus* Ibatiba, o PAE é composto pelos auxílios alimentação, transporte, monitoria, didático/uniforme e financeiro. Esta pesquisa, de natureza qualitativa, caracterizada como um estudo de caso único, numa abordagem crítica, objetivou investigar se o PAE do Ifes *campus* Ibatiba colabora com a permanência dos alunos na instituição, sob perspectiva analítica da Teoria da Reprodução de Bourdieu. Foram feitas 49 entrevistas semiestruturadas com alunos e ex-alunos do ensino técnico integrado ao ensino médio, responsáveis legais pelos alunos e ex-alunos, professores e técnicos administrativos; e foram analisados por meio de análise de conteúdo. Os resultados sugerem impacto positivo do PAE na permanência dos alunos na Instituição, com efeitos no capital econômico, simbólico, social e cultural dos alunos. E emergiu o aspecto de senso comunitário em torno do PAE: a busca pela permanência na escola dos alunos em situação de desigualdade social e vulnerabilidade.

Palavras-Chave: Programa Nacional de Assistência Estudantil; Programa de Assistência Estudantil; Permanência Escolar; Abandono Escolar; Desigualdades Sociais.

1. INTRODUÇÃO

O aluno vem sendo considerado o único responsável pelo fracasso escolar (Luckesi, 2022). Contudo, com a pedagogia crítica passou-se a considerar que outros fatores poderiam influenciar nesse resultado, como o sistema de ensino e políticas públicas para combate do fracasso escolar (Luckesi, 2022). No Brasil, buscando proporcionar acesso à educação a lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com o objetivo de “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. (art. 6^a, I da Lei 11.892/08). Não obstante, facilitar o acesso à educação em todo o território nacional não é suficiente! Pois, os alunos menos favorecidos e em situação de vulnerabilidade social enfrentam outras dificuldades intra e extraescolares que podem conduzir ao abandono escolar (Lacruz & Carniel, Preprint).

Enquanto servidora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito

Santo (Ifes) – *Campus* Ibatiba (1ª autora) foi observado: a falta de dinheiro para pagamento de transporte até à escola, para o lanche/almoço em dias de contra turno, para compra de material escolar e uniforme; que alguns alunos residem distante da escola e precisam de auxílio para pagamento do valor de aluguel para se mudarem para o município de Ibatiba. Esses obstáculos poderiam levar ao abandono escolar. Dessa inquietação, surgiu o interesse em estudar o Programa de Assistência Estudantil (PAE), cujas ações operacionalizam nas unidades de ensino federais o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que foi criado com o intento de possibilitar a permanência dos alunos na educação pública federal, respondendo ao seguinte problema de pesquisa: O Programa de Assistência Estudantil é capaz de colaborar com a permanência dos alunos no Ifes *Campus* Ibatiba? Para chegarmos à resposta do problema de pesquisa, traçamos os seguintes objetivos específicos: (i) descrever a implementação e o funcionamento dos auxílios estudantis no Ifes *Campus* Ibatiba; (ii) traçar o perfil socioeconômico e sociodemográfico dos beneficiados do Programa de Assistência Estudantil; (iii) capturar a experiência escolar e o capital cultural (herança familiar) dos beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil; e (iv) avaliar o impacto de redução da desigualdade no acesso ao ensino nos alunos menos favorecidos e mais vulneráveis.

Inicialmente, para se entender a importância deste estudo é preciso conhecer o contexto em que se deu o estudo de caso. O município de Ibatiba encontra-se localizado no sul do Estado do Espírito Santo com uma população aproximada de 25.380 pessoas (IBGE, 2022). Por se encontrar na divisa com o Estado de Minas Gerais, o Instituto Federal do Espírito Santo - *Campus* Ibatiba recebe alunos dos dois Estados. A economia da região é voltada para a produção agrícola, principalmente a cultura cafeeira. É comum os alunos serem filhos de produtores rurais, trabalhadores rurais, meeiros/parceiros (aqueles que trabalham em uma propriedade para um produtor rural e no período da colheita recebem parte da produção como pagamento). Os responsáveis legais dos alunos dependem de uma boa colheita para realizar o sustento de suas famílias e alguns alunos do Ifes *Campus* Ibatiba que vivem em pequenas propriedades rurais, muitas vezes, seus pais dependem da ajuda dos filhos para auxiliar na atividade rural.

De acordo com dados do IBGE (2010), a região é considerada carente, tendo Índice de Desenvolvimento Humano de 0,647, figurando na posição 73º entre os 78 municípios do estado – em comparação, o município de Vitória apresenta o índice mais alto do Espírito Santo, de 0,845. Nesta realidade de dificuldades econômicas, de desigualdades sociais, pode acarretar prejuízo a permanência dos alunos na escola, pois é necessário arcar com custos de transporte, alimentação,

compra de uniforme e material didático, aluguel para aqueles alunos que precisam se mudar para município de Ibatiba para estudar. Em seus estudos Bourdieu e Passeron (2018) demonstraram que estatisticamente, o acesso à universidade pelos filhos de assalariados agrícolas é inferior aos de filhos de industriais e profissionais liberais.

Como destaca Bourdieu e Passeron (2018), ao não se voltar para a origem dos ingressantes, o sistema de ensino, deixa de se ater às desigualdades reais existentes no cotidiano dos alunos vulneráveis. Sendo submetidos às mesmas avaliações e aos mesmos critérios escolares, estudantes com origens fundamentalmente desiguais revelam a sua desigualdade e, assim, acabam, a confirmando. Portanto, os modelos de seleção dominantes, que consideram apenas o critério escolar, sendo em tudo iguais, corrobora com o sistema existente que produz sujeitos selecionados e comparáveis, demonstrando que o sistema não se opõe às desigualdades reais no ensino (Bourdieu; Passeron, 2018).

Espera-se com o resultado deste estudo contribuir para identificar as vantagens e deficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. E, no caso específico no âmbito do Ifes - Campus Ibatiba, isso poderá contribuir com informações para auxiliar até mesmo a gestão da escola sobre a Política de Assistência Estudantil.

Este artigo é formado por sete seções. Na segunda seção apresentamos o Programa Nacional de Assistência Estudantil; na terceira, a fundamentação teórica; na quarta, a revisão da literatura; na quinta, a metodologia utilizada na pesquisa; na sexta, a análise e discussão dos resultados; e na sétima e última seção, as considerações finais.

2 O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

No Brasil, visando implementar políticas públicas educacionais, a Portaria Normativa nº 39/2007 do Ministério da Educação (MEC) criou o PNAES, e em 2010, o Decreto nº 7.234 regulamentou o programa com fim de aumentar a permanência dos jovens na educação superior pública federal. A preferência é de que os alunos atendidos sejam oriundos da rede pública e com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Pela leitura do instrumento legal, percebe-se que o objetivo é atender aqueles alunos de classes menos favorecidas do país, buscando diminuir as desigualdades sociais de acesso à cultura e à educação. A Assistência Estudantil, de acordo com artigo 4º do citado decreto, é executada também no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em se tratando de investimento em educação, através de Política Pública

Educacional, no caso assistência estudantil, avaliar se dois de seus objetivos, art. 2º do decreto: “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” e “contribuir para a promoção da inclusão social pela educação” é medida importante.

De acordo com o MEC, o PNAES¹: “oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa”. No Ifes *Campus* Ibatiba, o PNAES foi instituído em 2011, sendo composto, no que se refere ao programa específico, pelos auxílios: alimentação, transporte, didático/uniforme, moradia, financeiro e monitoria. Atualmente, o setor que executa e monitora o programa no Ifes *Campus* Ibatiba é a Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar (CAM) – composto por profissionais de enfermagem e serviço social.

É de competência das instituições, então, decidir as ações que serão executadas no programa, assim, uma determinada instituição pode optar por uma ação diferente da outra instituição, observando o que melhor se enquadre para o atendimento daquela determinada necessidade regional. Essa liberdade de escolha é possível devido ao PNAES possuir 10 (dez) áreas de abrangência, que são elas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, previstas no art. 3º, §1º do Decreto nº 7.234/2010.

O programa é dividido em programas universais (destinados a todos os alunos) e programas específicos (para atendimento aos alunos em situação de vulnerabilidade), sendo esse último dividido em atenção primária, constituído pelos auxílios: alimentação, transporte, didático/uniforme, moradia, financeiro e atenção secundária: auxílio monitoria. Iremos nos debruçar sobre estes programas específicos.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O trabalho crítico e reflexivo da pesquisa educacional talvez seja a maneira mais efetiva de revelar as formas cotidianas de naturalização e perpetuação de uma ordem social assimétrica que legitima e valoriza os privilégios sociais (Bourdieu, 2004). A partir dessa análise sociológica das

¹ Disponível em: www.portal.mec.gov.br/pnaes

relações escolares, Praxedes observa que a obra de Bourdieu oferece alternativas pedagógicas que poderiam ser mobilizadas pelos próprios profissionais da educação para minimizar ou mesmo neutralizar a cumplicidade histórica cultura escolar com as estruturas estabelecidas de poder e dominação (Praxedes, 2015).

Diversos outros escritos bourdianos ampliaram o debate a respeito do papel da educação e da escolarização moderna (e.g., Bourdieu, 1998, Bourdieu, 2018). No entanto, interessa destacar que o conjunto dos pressupostos teóricos e das ferramentas heurísticas construídas por Bourdieu ao longo de sua trajetória intelectual permitiram o aprofundamento de pesquisas sobre o fenômeno educacional. Particularmente, no que se refere à atenção ao modo como nos relacionamos por meio de afetos e aprendizagens que respondem às necessidades materiais e simbólicas que nos deparamos no curso de uma vida. Relações estruturadas por práticas de socialização primária, no interior de esferas como a família, ou secundária, em relação aos grupos pelos quais circulamos, aos meios de comunicação, aos ambientes profissionais e aos processos educativos formais. Apenas, assim, como procura demonstrar o Bourdieu, nos tornaríamos efetivamente “seres sociais”.

Algumas categorias teóricas e analíticas ajudaram a organizar esse debate bourdiano, em especial as noções de *habitus*, campos e capital. *Habitus* seria uma espécie de “depósito de experiências” que o indivíduo vai adquirindo durante a vida que o possibilita resolver seus problemas na convivência social e satisfazer suas concepções. Podemos perceber na expressão do agente, pelas posturas corporais, o uso da língua, sua dicção, sotaques, as suas crenças, valores, ideais. O *habitus* de cada indivíduo, orienta o viver em sociedade e nos meios sociais, o que Bourdieu chama de campos sociais. Ao formular a teoria dos campos, Bourdieu afirma que as relações entre os participantes dos campos dependem mais da posição hierárquica que ocupam, como seu prestígio, renda e poder próprios, do que da amizade entre os indivíduos. E, ao se relacionarem em sociedade, os indivíduos lutam por reconhecimento, prestígio, aquilo que tem valor dentro do campo: chamado de capital simbólico. Na busca por este reconhecimento, o indivíduo pode possuir, por exemplo, capital econômico, quanto maior poder aquisitivo, mais prestígio, ou capital cultural, aquele que é portador de um diploma, por exemplo, seria detentor de um capital cultural mais valorizado em relação àquele que não o possui. Cada campo é dotado de dominantes e dominados, existindo uma ordem simbólica que legitima esse poder e que faz com que de forma inconsciente os dominados aceitam tal condição de dominação. (Praxedes, 2015)

Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, no livro “Os Herdeiros: os estudantes e a cultura”,

trazem o conceito de capital cultural (não econômico) que é aprendido na família, na escola. Portanto, o indivíduo, quando ingressa na escola, já possui uma bagagem cultural que recebeu de seus pais, de suas origens e receberá também outra cultura no ambiente escolar (Bourdieu; Passeron, 2018). Afinal, como já evidenciaram Bourdieu e Passeron (2018, p. 16) durante a década de 1970, além de todas as dificuldades para se chegar até a escola, o próprio “sistema escolar opera, objetivamente, uma eliminação ainda mais total quando se vai em direção às classes mais desfavorecidas”.

A escola exige do estudante que aprenda a cultura erudita. Quando se fala em políticas públicas visando atingir uma educação democrática, significa ações voltadas para os discentes e docentes, um verdadeiro recrutamento, ao se voltar o olhar também para o conjunto de componentes que se aglutinaram para redução da desigualdade, atingiria, assim, uma pedagogia racional (Bourdieu; Passeron, 2018).

Nesse sentido, percebe-se que a desigualdade social opera não somente na falta de disponibilização de educação a todos, mas também em mecanismos que induzem “punições”, “fracassos” e “destinos” escolares que desestimulam parcelas imensas de estudantes – “raramente se percebem certas formas ocultas de desigualdade diante da escola como relegação dos filhos das classes baixas e médias a algumas disciplinas e o atraso ou repetência nos estudos.” (Bourdieu; Passeron, 2018, p.16). O sistema de ensino é excludente e valoriza a subordinação e obediência como sendo característica de indivíduos vencedores (Hooks, 2003). E, quando existe a possibilidade de escolha para os estudantes desfavorecidos, esta é condicionada, ainda que os mesmos nem percebam, a optar por certas profissões: “A escolha tem ainda mais chance de ser limitada quando os estudantes pertencem a um meio mais desfavorecido” (Bourdieu; Passeron, 2018, p. 21).

Ao tratarmos de Políticas Públicas Educacionais, no caso específico da pesquisa sobre assistência estudantil, adotamos uma perspectiva bourdiana para abordar de maneira mais crítica, ampla e reflexiva seus alcances e efetividade. Desse modo, a intenção do trabalho não foi em focar exclusivamente em transferência de valor financeiro e dados quantitativos, mas na transformação que a educação pode trazer aos menos favorecidos e a forma de enxergar a cultura transmitida pela escola.

Entendemos que a possibilidade de escolha e de permanência dos estudantes vulneráveis no ensino depende de políticas públicas no sentido de garantir o acesso à educação de qualidade,

levando em consideração o capital cultural já adquirido de suas famílias e a promoção da equidade.

4 REVISÃO DA LITERATURA

Inicialmente, para que o aluno ingressante possa pleitear o recebimento dos auxílios estudantis do PNAES é necessário que este participe da seleção na Instituição de ensino. Nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região do Centro-Oeste do Brasil, que abrange os *campi* de Brasília, Goiânia, Urutaí, Campo Grande e Cuiabá, a pesquisa de Goin e Miranda (2022) observou que os alunos passam por um processo burocrático para conseguir chegar a receber o auxílio estudantil. Os recursos orçamentários são escassos e o recebimento não é imediato, tendo inclusive filas de espera. Os autores trazem, então, a reflexão da dificuldade encontrada para que esses alunos tenham direito de acesso a essas políticas sociais. Essa burocratização e a redução de recursos orçamentários faz com que a política de assistência estudantil mantenha seu caráter assistencialista. Para alguns jovens menos favorecidos os auxílios estudantis são importantes para sua manutenção no ensino federal, sem o qual não seria possível a sua permanência, como demonstrado em pesquisa de Viera e Castro (2019) com alunos da Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira. Ou seja, para que o acesso ao ensino seja realmente democrático, é preciso permitir ao maior número possível de indivíduos apreender no menor tempo possível, o mais completamente e o mais perfeitamente possível, o maior número possível de aptidões que caracterizam a cultura escolar em um dado momento (Boudieu; Passeron, 2018, p.101).

Uma necessidade primária para a permanência no ensino é a alimentação. Essa é a base para que o aluno consiga permanecer no ambiente escolar. Na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), dentre os 141 estudantes que participaram da pesquisa de Santos e Freire (2022), no período 2013 a 2021, mediante a análise documental, 98,4% recorrem aos programas de apoio à permanência, sendo que a busca é primeiramente por alimentação, seguida pela solicitação de auxílio moradia e de atendimento psicológico. A pesquisa revelou, ainda, que os auxílios estudantis são importantes para a permanência dos alunos atendidos, favorecendo a aprendizagem e os laços com a Universidade (Santos; Freire, 2022). Nesse contexto, no IFTO Campus Araguatins/TO, o programa de assistência estudantil diminuiu as taxas de retenção e evasão, pois ao ter assegurado o recebimento dos auxílios estudantis, os alunos não tiveram mais que se preocupar em abandonar o curso pela falta de condições financeiras para cursá-lo, incentivando, assim, a permanência no ensino médio técnico (Silva, 2013).

Dentre os fatores que influenciam no meio estudantil, como informa a teoria bourdiana, a origem social é um dos fatores que mais se destaca (Bourdieu; Passeron, 2018). Assim, um estudante de origem social pobre pode sofrer com diversas dificuldades para acesso ao ensino e aprendizagem que não são experimentadas por um estudante que tem maior poder aquisitivo. Desse modo, percebe-se que a pobreza gera diversas consequências e tem implicações para a aprendizagem. Foi isso o que também demonstrou a investigação de Abreu e Ximenes (2021), ao realizar entrevistas com 8 universitários pobres de diversos cursos da Universidade Federal do Ceará (UFC), do Campus Fortaleza, e da Universidade Regional do Cariri (Urca).

No intuito de compreender as implicações psicossociais da pobreza para a permanência de universitários, a partir das políticas de assistência estudantil com relação à dimensão material, os autores verificaram que a pobreza implica em: falta de recurso para subsistência, moradia distante da universidade ou deslocamento do local de origem, necessidade de conciliar trabalho e estudo, falta de acesso a livros e equipamentos didáticos de qualidade (Abreu; Ximenes, 2021). A assistência estudantil, nesses casos, foi fundamental para alguns alunos, já que não conseguiriam se manter no curso sem o benefício da assistência estudantil, pois suas famílias não possuem condições de arcar com os custos necessários para manter os filhos na Universidade. Contudo, Abreu e Ximenes (2021) observam que a Política ainda é insuficiente, considerando a demanda dos alunos, e no âmbito estadual a situação é ainda pior porque não se encontra consolidada. Também na Universidade Federal de Viçosa uma pesquisa sobre se os auxílios são suficientes para a manutenção nos estudos, 76% dos beneficiários responderam que não é suficiente e 74% que recebem ajuda financeira dos pais ou responsáveis para se manterem no curso. (Eloi, 2018)

Nesse contexto, estudos sobre os impactos da Política de Assistência Estudantil, como esta pesquisa, são necessários para se ter uma visão de como está o programa atualmente. No IFCE, campus Iguatu, a pesquisa de Araújo (2019), com abordagem quanti-qualitativa, buscou responder qual seria o impacto da implantação da assistência estudantil sobre a permanência no ensino superior público brasileiro, tendo em vista o contexto da interiorização no caso do IFCE no campus Iguatu, durante o período de 2011 a 2015. Em relação ao ingresso no ensino superior, observa-se que há mais mulheres do que homens e que também permanecem mais mulheres do que homens, embora essa realidade se diferencie curso a curso. Tal fato pode ser explicado pelo ingresso dos homens no mercado de trabalho mais cedo, o que dificulta a conciliação com a frequência escolar (Araújo, 2019). Nessa pesquisa, assim como na de Abreu e Ximenes (2021), a permanência

estudantil é reflexo das condições sociais, econômicas e educacionais antecedentes ao período de ingresso na graduação. Essas condições prévias ditam o perfil dos estudantes e a ocupação de determinadas áreas de graduação.

Verificou-se, ainda, que os auxílios estudantis possuem repercussão na taxa de permanência, pois em todos os cursos analisados os estudantes beneficiários permanecem mais do que os não beneficiários (Araújo, 2019). Em sentido oposto, a pesquisa de Andrade e Teixeira (2017), com abordagem quantitativa, analisou a correlação de três variáveis: intenção de permanência no curso, desempenho acadêmico e desenvolvimento psicossocial com as áreas de intervenção do PNAES. Os autores revelam a baixa ou nenhuma correlação estatisticamente significativa destas variáveis. Destacando que, para o fortalecimento da política de assistência estudantil e das condições do estudante universitário, não é suficiente o investimento de recursos financeiros, mas também capacitação aos servidores dos IFES e ampliação de pesquisas sobre o tema em debate (Andrade; Teixeira, 2017).

Na Universidade Federal da Paraíba campus João Pessoa os alunos ressaltaram que somente o critério renda per capita como problemático para definição de quem pode ser beneficiário do programa, devendo ser considerada outras variáveis para concessão dos auxílios estudantis (Almeida, 2017). A falta de divulgação eficaz por parte da Instituição também foi destacada em pesquisa realizada com alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (Oliveira; Coutinho, 2022). Os beneficiados pelo PNAES reconhecem a importância do programa para a sua permanência escolar, contudo a demora em implementar; a falta de informatização, por exemplo, um site poderia facilitar o acesso ao programa pelo aluno; a burocracia e os atrasos nos pagamentos dos auxílios que são utilizados na maioria dos casos para necessidades de alimentação e transporte, faz com que esta política não cumpra integralmente seu papel de assegurar, que é a permanência no ensino daqueles que dela necessitam (Jesus, 2016). Atualmente, a inclusão digital é importante para que o aluno possa permanecer nos estudos, tanto que em pesquisa realizada na UFV sobre as áreas de maior influência no rendimento acadêmico, taxa de retenção e evasão, a inclusão digital, a alimentação, a moradia, e o apoio pedagógico foram citados como mais satisfatórios no ponto de vista dos alunos beneficiados (Eloi, 2018).

Ao procurar registrar o ponto de vista estudantil, o trabalho de Santos (2022) alerta para a recorrência de uma visão discente a respeito da assistência estudantil que a adjetiva como “ajuda” ou “favor do Estado”, e não um direito garantido. Nesse sentido, observa-se que os programas são

pontuais e insuficientes para garantir a permanência e êxito na Instituição, conforme demonstrado por estudo realizado no Instituto Federal do Amapá, Campus Santana com alunos do PROEJA (Santos, 2022).

Observamos pelos resultados das pesquisas encontradas sobre o tema, que a assistência estudantil possui, em sua maioria, impactos positivos na permanência dos alunos na Universidade ou Instituto Federal, pois possibilita aos alunos em situação de vulnerabilidade arcar com despesas como alimentação, moradia, transporte, etc.

5 MÉTODO

Esta pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa (Lacruz; Leite, 2023) pode ser caracterizada como estudo de caso único (Yin, 2015). Investigamos o impacto do PAE sobre a permanência dos alunos no Ifes *Campus* Ibatiba. Para tanto, foi seguido o roteiro proposto por Yin (2015): formulação da questão de pesquisa, definição da unidade de análise, elaboração do protocolo, coleta de dados (i.e., evidências), análise dos dados e preparação do relatório.

Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada e analisados seguindo princípios da análise de conteúdo e uma abordagem bourdieusiana. Assim, foi possível reconhecer nas declarações de estudantes, familiares e profissionais da educação diferentes dinâmicas sociais, econômica e culturais que permeiam o ambiente escolar estudado. Entendemos, portanto, que a utilização de entrevistas forneceu um meio eficaz para mergulhar nesse universo, permitindo-nos acessar as percepções, os valores e as experiências dos diferentes atores envolvidos no processo educativo. Ao adotar uma abordagem bourdieusiana, compreendemos que essas perspectivas expressam trajetórias sociais, ao mesmo tempo individuais e coletivas, que estão imersas em relações desiguais e multifacetadas de poder. Nesse caso, a combinação entre as técnicas de análise de conteúdo e as perspectivas teóricas de Bourdieu nos permitiu ir além da mera descrição e sistematização categórica dos discursos, fornecendo insights analíticos significativos para indagar as realidades subjacentes à Política de Assistência Estudantil e suas implicações para a formação da comunidade escolar no Ifes – Campus Ibatiba.

Esclarece-se que por envolver pesquisa com seres humanos, a pesquisa foi submetida à Ética em Pesquisa (CEP da Universidade Federal do Espírito Santo e CEP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo) e aprovado, conforme determina Resolução nº 510/2016 do Ministério da Saúde. Assim como foi assinados pelos entrevistados os Termos de

Consentimento Livre e Esclarecido ou Termos de Assentimento Livre e Esclarecido.

A pesquisa utilizou evidências de diversos indivíduos: docentes, alunos beneficiados pelo PAE, ex-alunos beneficiados pelo PAE, técnicos administrativos e responsáveis legais dos alunos e ex-alunos. No total foram realizadas 49 entrevistas – 11 delas com alunos e ex-alunos beneficiados pelo PAE, 11 com docentes da escola, 11 com TAEs, 10 com responsáveis legais pelos alunos e ex-alunos e outras 6 com membros da comissão gestora da assistência estudantil. O número de entrevistados foi pensado para que as contribuições para a pesquisa fossem divididas de forma relativamente isonômica para cada grupo de entrevistados.

Para uma melhor demonstração das características dos profissionais entrevistados, confeccionamos a tabela 1 com os perfis dos Docentes, TAES e membros da comissão gestora que participaram das entrevistas:

Tabela 1 - Perfis dos Docentes, TAES e Membros da Comissão Gestora

Situação em 2023	Idade (Anos)	Cor	Tempo de
serviço			
Entrevistado 21 - Docente	49	Branco	+ de 4 anos
Entrevistado 22 - Docente	35	Pardo	+ de 4 anos
Entrevistada 23 - Docente	41	Branca	- de 4 anos
Entrevistada 24 - Docente	46	Branca	+ de 4 anos
Entrevistado 25 - Docente	48	Pardo	+ de 4 anos
Entrevistado 26 - Docente	34	Branco	+ de 4 anos
Entrevistado 30 - Docente	35	Pardo	+ de 4 anos
Entrevistado 32 - Docente	41	Branco	+ de 4 anos
Entrevistado 36 - Docente	37	Branco	- de 4 anos
Entrevistado 38 - Docente	50	Branco	+ de 4 anos
Entrevistada 39 - Docente	45	Branca	+ de 4 anos
Entrevistado 11 - TAE	36	Pardo	+ de 4 anos
Entrevistado 26 - TAE	38	Branco	+ de 4 anos

Entrevistado 34 - TAE	34	Branco	+ de 4 anos
Entrevistada 35 - TAE	41	Branca	+ de 4 anos
Entrevistada 40 - TAE	37	Branca	+ de 4 anos
Entrevistada 41 - TAE	37	Branca	+ de 4 anos
Entrevistada 42 - TAE	30	Parda	+ de 4 anos
Entrevistada 44 - TAE	36	Branca	+ de 4 anos
Entrevistado 45 - TAE	45	Pardo	+ de 4 anos
Entrevistado 46 - TAE	37	Branco	+ de 4 anos
Entrevistado 48 - TAE	37	Pardo	+ de 4 anos
Entrevistada 6 - Membro de Comissão Gestora	40	Branca	+ de 4 anos
Entrevistada 8 - Membro de Comissão Gestora	57	Branca	+ de 4 anos
Entrevistado 12 - Membro de Comissão Gestora	37	Pardo	+ de 4 anos
Entrevistado 13 - Membro de Comissão Gestora	36	Branco	+ de 4 anos
Entrevistada 33 - Membro de Comissão Gestora	38	Branca	+ de 4 anos
Entrevistada 37 - Membro de Comissão Gestora	57	Branca	+ de 4 anos

Fonte: Respostas dos entrevistados.

Alguns dos docentes que participaram da pesquisa também ocupam funções de confiança na Gestão, tais como: Coordenador de Curso, Diretor de Ensino, Diretor de Pesquisa e Extensão e Diretoria Geral, o que faz com que tenham um conhecimento mais aprofundado da Política de Assistência Estudantil. Todos os entrevistados são servidores efetivos do quadro de pessoal e possuem, em sua maioria, mais de 4 anos de serviço público e todos os integrantes da comissão gestora da assistência estudantil foram entrevistados.

Na Tabela 2, apresentamos o perfil sociodemográfico dos alunos entrevistados:

Tabela 2 – Perfil sociodemográfico dos alunos entrevistados beneficiados com Assistência Estudantil no Ifes – Campus Ibatiba

Situação em 2023	idade	série	Curso Técnico	Cor	Residência/origem	Faixa de Renda
Entrevistada 1 aluna	18	3º	Meio Ambiente	Parda	Ibatiba/ Zona Rural de Humaitá, distrito de Mutum/MG	0,5 a 1 sal. mínimo per capita
Entrevistada 2 aluna	18	3º	Meio Ambiente	Branca	Ibatiba/Zona Rural do Córrego Santa Cruz Lajinha/MG	0,5 a 1 sal. mínimo per capita
Entrevistada 3 aluna	17	2º	Florestas	Branca	Santa Clara, Distrito de Ibatiba/ES	0,5 a 1 sal. mínimo per capita
Entrevistado 4 aluno	18	3º	Florestas	Pardo	Barra do recreio, Zona rural de Irupi/ES	0 a 0,5 sal. mínimo per capita
Entrevistada 5 aluna	17	3º	Florestas	Parda	Ibatiba/ES	0,5 a 1 sal. mínimo per capita
Entrevistada 10 aluna	15	1º	Florestas	Parda	Ibatiba/ES	0 a 0,5 sal. mínimo per capita
Entrevistada 14 aluno	17	3º	Florestas	Pardo	Prata de Lajinha/MG	0 a 0,5 sal. mínimo per capita
Entrevistada 16 ex-aluna	18	-	Meio Ambiente	Branca	Ibatiba/ES	0 a 0,5 sal. mínimo per capita
Entrevistada 18 aluna	16	1º	Meio Ambiente	Parda	Prata de Lajinha/MG	0 a 0,5 sal. mínimo per capita
Entrevistada 20 ex-aluna	18	-	Meio Ambiente	Branca	Prata de Lajinha/MG	0 a 0,5 sal. mínimo per capita
Entrevistada 47 ex-aluna	19	-	Florestas	Parda	Ibatiba/ES	0 a 0,5 sal. mínimo per capita

Fonte: Respostas dos entrevistados.

Como se observa, os beneficiários entrevistados foram em sua maioria meninas jovens (9), mas também entrevistamos alguns meninos (2). Suas idades variaram entre 16 e 19 anos. Tivemos representantes de todos os anos do curso técnico em florestas e meio ambiente/ensino médio. Contudo, optamos por realizar mais entrevistas com alunos do 3º ano, pois julgamos que esses alunos tinham mais experiência com a escola e maior tempo de recebimento dos auxílios estudantis. A maioria se percebe como parda (8) ou branca (4). Temos entrevistados dos municípios de Lajinha, Irupi, Mutum e Ibatiba. Como já explicitado anteriormente, o Ifes - Campus Ibatiba recebe vários alunos de outros municípios vizinhos e do Estado de Minas - Gerais. Entre os entrevistados tentou - se equilibrar sua origem entre zona rural (3), distritos (4) e zona urbana (4) para que representassem bem as peculiaridades de cada aluno beneficiado. Os alunos que residem em locais

mais distantes do Instituto são os do distrito de Prata de Lajinha/MG, que percorrem de ônibus cerca de 70km diariamente, em torno de 1h diária à 1h e 40min. Em seguida, Barra do Recreio, Zona rural de Irupi/ES, cerca de 60 km de distância do Instituto, o que equivale a 1h ou 1h30min de ônibus. Ambas as estradas são de asfalto, sem pista dupla e com diversas curvas. As entrevistadas 1 e 2 optaram por residir em Ibatiba, pois entenderam que não havia ônibus ou outro meio de transporte para que conseguissem chegar ao Ifes - Campus Ibatiba e assistir ao início das aulas.

Já na tabela 3 apresentamos também os perfis sociodemográficos dos responsáveis legais dos alunos beneficiados:

Tabela 3 – Perfil sociodemográfico responsáveis legais pelos alunos beneficiados com Assistência Estudantil no Ifes – Campus Ibatiba

Responsável Legal	idade	profissão	Cor	Residência	Faixa de Renda
Entrevistado 7 pai de aluno	46	lavrador	Pardo	Barra do recreio, Zona rural de Irupi/ES	0 a 0,5 sal. mínimos per capita
Entrevistada 9 mãe de aluna	49	do lar/lavradora	Parda	Santa Clara, Distrito de Ibatiba/ES	0,5 a 1 sal. mínimos per capita
Entrevistada 13 mãe de aluna	49	do lar/lavradora	Parda	Zona Rural do Córrego Santa Cruz Lajinha/MG	0,5 a 1 sal. mínimos per capita
Entrevistado 15 mãe de aluno	52	secretária de escola	Parda	Prata de Lajinha/MG Distrito de Lajinha/MG	0 a 0,5 sal. mínimos per capita
Entrevistada 17 mãe de ex - aluna	39	porteira	Branca	Ibatiba/ES	0 a 0,5 sal. mínimos per capita
Entrevistada 19 mãe de aluna	34	lavradora e comerciante	Parda	Prata de Lajinha/MG Distrito Lajinha/MG	0 a 0,5 sal. mínimos per capita
Entrevistada 25 mãe de ex - aluna	37	lavradora	Parda	Prata de Lajinha/MG Distrito Lajinha/MG	0 a 0,5 sal. mínimos per capita
Entrevistada 31 mãe de aluna	44	do lar/lavradora	Negra	Zona Rural, Humaitá, Mutum/MG	0,5 a 1 sal. mínimo per capita
Entrevistada 43 mãe de aluna e ex - aluna	42	banheirista	Parda	Ibatiba/ES	0 a 0,5 sal. mínimo per capita
Entrevistada 49 mãe de aluna	53	faxineira	Negra	Ibatiba/ES	0,5 a 1 sal. mínimos per capita

Fonte: Respostas dos entrevistados.

Os responsáveis legais entrevistados são mães (10) em quase a sua totalidade. Apenas um pai participou da pesquisa (1). Trata-se de um perfil relativamente jovem de entrevistados, pois suas

idades variam entre 34 a 53 anos. A maioria se percebe como parda (7) ou negra (2). Somente uma mãe se declarou branca (1). São residentes dos municípios de Lajinha, Irupi, Mutum e Ibatiba. As entrevistadas 43 e 17 afirmaram que são as únicas provedoras do lar, uma divorciada e a outra em uma relação instável com o pai de suas filhas. Quanto aos demais entrevistados, todos disseram estar casados. A maioria dos que concederam entrevistas são mulheres, demonstrando o quanto as mulheres são mais dedicadas ou até mesmo por uma questão cultural encarregadas dos cuidados com o lar e com os filhos – o que acaba refletindo na própria composição da comunidade escolar, pois costumam ser mais mães do que pais que comparecem à escola. Outra característica a ser destacada é que é habitual no interior do Espírito Santo, e do Brasil como um todo, que as mulheres cuidem dos afazeres domésticos da casa e ainda auxiliem os maridos no trabalho rural, como se percebe pelas respostas das profissões das entrevistadas: “do lar/ lavradora”. A profissão que mais aparece nas entrevistas é a de lavrador (a), que é aquela pessoa que trabalha na roça, com plantação de café, milho e feijão etc. Trata-se de um trabalho com renda irregular, pois depende do resultado da colheita. Outra profissão precarizada que apareceu nas entrevistas foi a de faxineira, que depende de quantas faxinas são realizadas semanalmente para compor a renda familiar. As profissões com carteira assinada e com renda regular foram as da entrevistada 43 (banheirista) e da entrevistada 15 (secretária de escola). A presença e participação de quase a totalidade dos familiares consultados para a pesquisa sugere que a escola conseguiu formar uma comunidade muito participativa em torno do PAE.

Dessa forma, alcance-se o segundo objetivo específico, isto é: traçar o perfil socioeconômico e sociodemográfico dos beneficiados Política de Assistência Estudantil foi alcançado.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nas entrevistas, notou-se que as declarações dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) e Docentes se assemelharam entre si, ao passo que dos alunos beneficiados e responsáveis legais também. Os TAEs, por exemplo, em relação ao PAE se mostraram mais voltados para questões burocráticas ou operacionais. Os docentes, também preocupados com a operacionalização do PAE, mas ofereceram uma visão mais voltada para a parte prática ou pedagógica que envolve as condições de permanência dos alunos no ambiente escolar.

Os alunos beneficiados, por sua vez, ofereceram relatos em geral positivos do PAE para a

sua permanência na escola. Esse tipo de relação de respeito e gratidão pelo programa também foi expressado pelos responsáveis legais, que demonstraram a vontade de que programas como o PAE sejam mantidos e até mesmo ampliados, garantindo assim um futuro melhor para seus filhos ou outros jovens da comunidade escolar.

Tanto os docentes quanto os TAEs, quando indagados sobre o que poderiam falar sobre a política, teceram elogios ao PAE e ressaltaram a sua importância para permanência do alunado no Ifes – Campus Ibatiba: “No meu ponto de vista, esse programa é importante, porque ele aumenta a oportunidade de alunos carentes da região frequentarem a escola. (Entrevistado 11 – TAE)”; “Pela conversa que eu tenho com os estudantes que eu escuto deles falarem tem um impacto muito positivo em relação à permanência deles aqui. Tem estudantes, inclusive, que se eles não tivessem o auxílio, eles não. Infelizmente não teriam como ou chegar à instituição porque acaba auxiliando ou ficar para um contraturno. (Entrevistado 36 – Docente)”.

Alguns docentes me relataram informalmente, após o término das entrevistas, que ao entrar em sala de aula todos os alunos estão ali uniformizados, todos iguais, e não sabem quem são ou não beneficiados pela política de assistência estudantil. Mas, quando o aluno relata que é beneficiado pela política e conta sua história de vida percebem o quanto o PAE impacta na realidade daquele aluno. Uma docente ao falar sobre o programa, contou que alguns alunos conseguiram adquirir um notebook com o valor recebido a título de assistência estudantil: “A partir do momento que ele tem a oportunidade de usar esse recurso para melhorias dele enquanto estudante é muito positivo. Então dando exemplo. Eu já tive conhecimento de mais de um estudante que usou o recurso da assistência estudantil para comprar um notebook porque eu não tinha, né? E eu achei isso muito legal (Entrevistada 39 - Docente)”. Vimos que o auxílio estudantil pode ajudar até mesmo na inclusão digital desses alunos.

Durante as entrevistas tentamos compreender as dificuldades para os alunos permanecerem na escola. Um aluno (Entrevistado 4 – aluno, 18 anos, 3º curso técnico em florestas, pardo), por exemplo, disse: “(...) Não fui diagnosticado, mas (...) os sintomas eram nítidos, que eram sintomas fortes de ansiedade”. Angústia, ansiedade, depressão, falta de autoestima ou simplesmente tristeza, como declarou uma aluna (Entrevistada 5, 17 anos, 3º ano do curso técnico em florestas, parda), estiveram sendo constantemente acionados durante as entrevistas como uma das condições que atrapalham o engajamento com a escola: “(...) chorar estudando, assim, já aconteceu. Então, assim, deu uma caidinha no emocional” (Entrevistada 5 – aluna, aluna, 17 anos, 3º curso técnico em

florestas, parda). A existência de muitas disciplinas e do nível de exigência elevado, também foram destacadas como um dos principais motivos que poderiam levar ao abandono escolar. Uma aluna, por exemplo, disse que: “Foi muito difícil acostumar com o nível do Ifes (...) do mesmo jeito que ele oferece um ensino maior, também te cobra muito mais do que essas escolas. Então, uma coisa, assim, que quase me fez desistir.” (Entrevistada 2 – aluna, 18 anos, 3º do curso técnico em meio ambiente, branca). Mas, a dificuldade mais citada entre os estudantes foi financeira para permanecer na escola. Como declarou uma aluna (Entrevistada 3 - 17 anos, 2º ano do curso técnico em florestas, branca): “Eu preciso me alimentar já teve vez de eu ficar aqui, o dia inteiro sem comer e passar mal, aconteceu algumas vezes, então assim ajuda muito, mas o transporte é mais crucial, digamos, pra minha permanência”. Outra entrevistada relatou que costumava utilizar o auxílio estudantil para se alimentar: “(...) ele ajudava muito assim, sabe lanche, dias que eu tinha que ficar aqui na escola à tarde (...) tinha almoço aqui na cantina, já comprei bastante” (Entrevistada 5 – aluna, 17 anos, 3º curso técnico em florestas, parda).

Uma história que gostaria de destacar que demonstra a importância dessa política pública de assistência estudantil foi de uma ex - aluna que enfrentou diversos obstáculos para permanecer na escola. Ela disse que: “Eu morava com minha mãe e minha irmã. A renda vinha apenas dela” (Entrevistada 16 – egressa, 18 anos, curso técnico em meio ambiente, branca).” Não bastasse tal situação, ainda precisou enfrentar casos de doença na família e ter que trabalhar para ajudar em casa:

“A minha mãe, ela passou por um período de doença que ela tem falta de açúcar no sangue, né? Eu esqueci, tipo triglicérides, glicérides. Agora eu esqueci o nome exato. Então, ela tinha várias crises, né? Então, era eu sempre que tomava cuida dela, da minha irmã. Aí, eu comecei a... (choro) E mesmo ela doente, ela trabalhava pra fora pra poder sustentar. E eu comecei a trabalhar também junto com ela. Então, o meu ensino técnico todinho foi trabalhando junto com a minha mãe pra sustento da casa (Choro)”.

Essa ex-aluna relatou que no período que cursava o ensino médio estava em período de pandemia e morava na roça: “Porque quando eu estava na roça, eu tinha que ir pro alto da lavoura pra poder fazer as atividades que eu nunca achava que tinha sinal e quando, né, tinha os dados móveis. Então, isso que dificultou um pouco a questão do ensino.” Quem não conhece a realidade do local talvez não tenha noção das dificuldades enfrentadas por esses alunos que se expõe às condições climáticas – ora faz muito sol, ora chove muito, há insetos e animais peçonhentos que podem estar no solo. O “alto da lavoura” significa estar em uma altitude geralmente maior do que 700m, onde estão as condições ideais para o cultivo da cultura cafeeira, além do que, precisaria

comprar os dados móveis necessários para assistir e realizar as atividades on-line durante a pandemia. Tais aspectos podem levar ao abandono escolar o que demonstra o quão importante é a política de assistência estudantil para esses alunos em situação de vulnerabilidade social.

Para saber se o programa efetivamente estaria influenciando na permanência escolar realizamos a seguinte pergunta aos alunos beneficiados: “Seria possível para você seguir estudando no Ifes sem receber algum desses auxílios? Por que?”. Obtivemos as seguintes respostas: “Não (Entrevistada 1 - aluna, 18 anos, curso técnico em meio ambiente parda e 2 – aluna, 18 anos, 3º ano do curso técnico em Meio Ambiente, branca)”. Outra entrevistada completou: “Olha, o transporte seria bem complicado, porque eu preciso pagar a passagem todos os dias. Então, se fosse pra mim tirar dinheiro do meu bolso pra pagar a passagem todo dia, eu acho que não, não teria como, ficaria bem difícil pra mim (Entrevistada 3 - aluna, 17 anos, 2º ano do curso técnico florestas, branca).” Outro entrevistado, ressaltou que sua família recebia valores do programa bolsa família sendo o benefício cessado e tiveram que se adequar com a nova realidade e não conseguiria seguir estudando sem o recebimento do auxílio estudantil: “Eu, acredito que não. Provavelmente, não... por conta que esse ano, por exemplo, o nosso, o que a gente também recebe o Bolsa Família lá em casa e houve um corte, houve um corte em massa, né? Esse ano houve um corte, então a gente teve que ‘pelenga’ bastante, porque esse ano também não foi ano de colheita de café, isso né”. (Entrevistado 4 - aluno, 18 anos, 3º do curso técnico em Florestas, pardo). Uma egressa disse que utilizava o auxílio para compra de alimento para conseguir ficar o dia todo na escola estudando e assistindo às aulas, ou seja, os auxílios são utilizados para a necessidades básicas do aluno: “Era muito difícil, porque eu tinha que vir pra cá e ficar o dia inteiro aqui. Não tinha condição de ir em casa pra poder voltar (...) E também que auxiliavam muitas coisas que a gente precisava pra poder estudar aqui. Então, nessa questão, por exemplo, de materiais, até mesmo do próprio alimento. Então, isso me auxiliou bastante. Principalmente no quesito de alimentação” (Entrevistada 16 - egressa, 18 anos, curso técnico em Meio Ambiente, branca).

Ao realizarmos a mesma pergunta aos responsáveis legais pelos alunos beneficiados, pela reação dos entrevistados, fica evidente que não conseguiriam manter os filhos na escola sem o recebimento dos auxílios, um dos entrevistados chegou a se emocionar e acabou chorando ao declarar: “Rapaz, pra mim, na realidade memo, ainda mais pra gente que toca lavoura aqui, agente toca, toca a quarenta por cento, tem ano que a lavoura dá, tem que não dá. Infelizmente, sobre manter ele nas escolas, pra mim é meio complicado mesmo. (Choro). (Entrevistado 7 - Responsável

legal, 46 anos, pardo)”. Mesmo quem disse que, com “muito esforço”, acredita que conseguiria manter sua filha na escola, observou que não saberia se a condição socioeconômica a possibilitariam continuar: “Então, se não houvesse pelo menos esse auxílio que ela conseguiu, aí lógico que eu ia fazer de tudo para ela estudar, como ainda tenho feito hoje que ela está no dia na faculdade particular. Porém, seria com maior dificuldade. Não sei até quando que eu ia conseguir manter, né?” (Entrevistada 17 - responsável legal, 39 anos, branca). Outra mãe, que mora com sua filha em uma casa com onze pessoas, começou nossa entrevista dizendo: “eu sou faxineira. E sou mãe, sou dona de casa. Sou assim, de tudo um pouquinho”. Por isso, para ela: “Independente de auxílio ou não, entendeu? O auxílio ajuda? Muito. Ajuda em tudo, entendeu? Mas assim, se fosse à questão de não ter auxílio, continuaria sim. Mas o auxílio ajuda muito. Não falo só por mim, mas eu falo assim. Porque em Ibatiba tem muitas pessoas que são carentes, tem muito mais carência”. (Entrevistada 49 - responsável legal, 53 anos, negra)

Em situações tão difíceis de trabalho, em que os responsáveis legais possuem renda irregular são diaristas, são lavradores (as), que dependem da terra para que possam plantar, produzir e comercializar sua produção, estão sujeitos a diversos intempéries, como cada vez mais ondas de calor, chuvas torrenciais, ataques de várias pragas e doenças que destroem as plantações, o valor dos insumos agrícolas cada dia mais caro, mesmo diante de tais obstáculos para garantir a sobrevivência de suas famílias, conseguiram tempo para atender uma pesquisadora e falar sobre o PAE, demonstrando o quanto são gratos ao Programa de Assistência Estudantil.

Os responsáveis legais chegavam às entrevistas e na sua feição aparentavam estar vergonhosos e calados, característica de moradores de zona rural e interior. Sua pele queimada pelo sol, em virtude do trabalho rural. Uma mãe informou que marcou em certo horário a concessão da entrevista para que não perdesse o ônibus, demonstrando a sua simplicidade. Outra mãe que ao término da entrevista eu disse que não iria mais tomar o seu tempo precioso, afirmou que comparecer à escola para acompanhar o desenvolvimento de sua filha não seria perda de tempo. Tais relatos indicam o desejo pela escola e pelo estudo como ferramenta de ascensão social de seus filhos. Pois, como ensina Hooks:

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade. (HOOKS, 2013, p.

273)

Diante das múltiplas barreiras financeiras, emocionais e acadêmicas evidenciadas nas entrevistas com os beneficiários, a fim de garantir sua permanência no ensino médio, é imperativo destacar que a assistência estudantil transcende a mera transferência de recursos financeiros. Como observado por Dias e Sampaio (2023, p. 15), o conceito de assistência estudantil, sob uma perspectiva mais abrangente, abarca não apenas aspectos materiais como alimentação, moradia e transporte, mas também estratégias de apoio acadêmico, que englobam promoção à saúde, suporte pedagógico e psicológico, além do estímulo ao envolvimento em atividades esportivas, de lazer e culturais. Alguns estudantes compartilharam suas dificuldades relacionadas à saúde, bem-estar emocional e adaptação à rotina acadêmica do Instituto Federal do Espírito Santo- Campus Ibatiba. Nesse contexto, o suporte pedagógico e o incentivo à participação em atividades de lazer, esportes e cultura desempenham um papel crucial na melhoria da qualidade de vida desses alunos e na ampliação de seu capital cultural, conforme destacado por Bourdieu (1998, p.61):

Se a ação indireta da escola (produtora dessa disposição geral diante de todo tipo de bem cultural que define atitude “cultura” é determinante, a ação direta, sob forma do ensino artístico ou dos diferentes tipos de incitação à prática (visitas organizadas, etc) permanece fraca: deixando de dar a todos através da educação metódica, aquilo que alguns devem ao seu meio familiar, a escola sanciona, portanto aquelas desigualdades que somente ela poderia reduzir.

A escola, desse modo, atuaria como compensadora desta falta de incitação à cultura pela família. Sua principal função, nos termos de Bourdieu (Bourdieu, 1998, p.61), estaria relacionada com a difusão de capitais culturais² socialmente valorizados e necessários a qualquer projeto de mobilidade social:

Com efeito, somente uma instituição cuja função específica fosse transmitir ao maior número possível de pessoas, pelo aprendizado e pelo exercício, as atitudes que fazem o homem “culto”, poderia compensar (pelo menos parcialmente) as desvantagens daqueles que não encontram em seu meio familiar a incitação à prática cultural.

Portanto, não seria apenas o capital econômico capaz de distinguir os indivíduos socialmente, produzindo certos privilégios e potenciais sociais, mas também o capital cultural oferecido pela escola, pois ele possui relativo “valor” no interior das relações sociais e detém o potencial de autorizar ou restringir as formas de atuação das pessoas nas mais distintas esferas da

² De acordo com Bourdieu (1998, p. 74), o capital cultural pode existir de três formas: “[...] no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais”.

vida social.

Por fim, me parece importante ressaltar o sentimento de “gratidão” pelo PAE e pelo Ifes – Campus Ibatiba expresso em praticamente todas as entrevistas que realizei com responsáveis legais. De diferentes maneiras, as pessoas com quem conversei pareciam fazer questão de destacar a importância da política e a “qualidade” da educação oferecida pela escola. Muitos chegaram mesmo a dizer que o PAE possibilitou ou possibilitaria um “futuro melhor” para os seus filhos. A própria participação de quase a totalidade dos entrevistados na pesquisa também sinalizava esse reconhecimento do valor da educação para famílias atendidas. Famílias em situações tão difíceis de trabalho, de renda irregular, trabalhadores braçais, de camadas populares, rurais, mas que mesmo assim deixavam seus afazeres para conseguir tempo para atender a pesquisadora. O que demonstra o quão preocupados são os responsáveis legais com a educação de seus filhos e como a escola tem sido percebida como uma esfera que pode levar à ascensão social de seus filhos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa sugerem que o PAE gera impactos positivos na permanência dos alunos no Ifes - Campus Ibatiba. Como esse fenômeno acontece é o que tentamos explicar. Um dos impactos imediatos por nós observados foi o financeiro. O aluno recebe o valor de auxílio transporte, que possibilita sua chegada e permanência no Campus; o alimentação para que ele consuma alimentos na cantina em dias de contra turno ou até mesmo para realizar uma compra no supermercado para sua subsistência; o auxílio moradia permite que ele mude para a cidade de Ibatiba quando o local onde o aluno reside não é servido por transporte público; o auxílio didático/uniforme possibilita a compra de seu uniforme e material escolar, tendo relato de aluno que conseguiu comprar um notebook, e por fim, ainda pode recorrer ao auxílio financeiro.

Os alunos beneficiados estão inseridos em uma realidade agrícola, de interior, de pequena cidade. O município de Ibatiba e regiões vizinhas possuem IDH baixo, O Ifes – Campus Ibatiba recebe muitos alunos de diversas cidades, tanto do Estado do Espírito Santo quanto de Minas Gerais, trazendo consigo seus *habitus*. E, ao ingressar no ambiente escolar o aluno já carrega consigo a bagagem cultural que recebeu de seus pais, de suas origens e ao adentrar na sala de aula receberá também outra cultura no ambiente escolar (Bourdieu; Passeron, 2018). Encontramos a presença de capital cultural nesses alunos, que advém da família, que reside em zona rural, interiorana, com sua cultura específica. Algumas alunas, por exemplo, relataram que faziam crochê

e ponto cruz, e que aprenderam em seu ambiente familiar. O aluno, e sua família, que transmitiu para este indivíduo seus valores e crenças, são impactados com o desenvolvimento intelectual dos alunos beneficiados pelo programa, como foi destacado nas entrevistas pelos responsáveis legais. A política de assistência estudantil ao possibilitar a permanência deste aluno no ambiente escolar faz com que seja transformada toda uma realidade familiar.

A política de assistência estudantil possibilita, então, a esses alunos de zona rural reduzir as disparidades de condições de permanência com alunos que não enfrentam as mesmas dificuldades de um *campus* localizado em região de economia agrícola, interiorana e com responsáveis legais com renda irregular que advém da atividade agrícola. Como discutido por Bourdieu e Passeron (2018), o fator geográfico e o fator social de desigualdade cultural nunca são independentes, pois ao residir em uma cidade grande à possibilidade de acesso ao ensino são maiores.

As diferenças no capital econômico (os alunos beneficiados são oriundos de uma realidade familiar com renda per capita que não ultrapassa o valor de um salário a um salário mínimo e meio); no capital simbólico (suas crenças, seus costumes de regiões interioranas), no capital social (suas relações interpessoais com os indivíduos de sua comunidade rural, distritos, pequenas cidades, nas igrejas, movimentos sociais, etc.) e cultural dos alunos reforçam os aspectos que podem conduzir o abandono escolar. E, o PAES tem o potencial de diminuir essas diferenças. Na medida em que não é apenas uma ajuda financeira, mas efetivamente impacta na permanência e conseqüentemente no desenvolvimento intelectual destes alunos.

Entendemos que uma melhoria no programa passa pelo fortalecimento de recursos humanos dedicados a auxiliar os alunos em como proceder para o recebimento dos auxílios. O Ifes Ibatiba já promove palestras com os alunos no auditório para divulgação do programa. Acreditamos que os responsáveis legais também deveriam participar de tal momento. E, quanto ao alcance do programa, depende do recebimento de mais recursos governamentais para a Política de Assistência Estudantil.

Importa registrar que este estudo teve limitações associadas ao alcance dos seus resultados. A opção de investigar o caso de um Instituto Federal de Educação, localizado no interior do estado, se por um lado, permite ampliar a compreensão do fenômeno sobre essa realidade particular; por outro, não significa que as evidências produzidas sejam definitivas. Os achados do estudo podem, porém, ser útil para orientar os esforços para melhores resultados do PAE e para a compreensão do fenômeno.

Ademais, numa realidade na qual diferentes programas (e.g., ação afirmativa para ingresso de alunos) e ações (e.g., Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) ocorrem concomitantemente, não se descarta que decorrências oriundas de outras práticas possam influenciar a percepção acerca do PAE e vice versa. Nessa direção, estudos de avaliação de impacto que possam testar a relação de causalidade do PAE na permanência dos alunos (e.g., Diferença em Diferenças) colaborariam para compreensão dos efeitos do PAE.

O aspecto de senso comunitário (Hooks, 2013) se mostrou presente em torno do PAE, ou seja, a união de vários indivíduos (i.e., TAES, Docentes, alunos, responsáveis), mesmo que estes nem percebam, em torno de um objetivo comum: a busca pela permanência na escola dos alunos em situação de desigualdade social e vulnerabilidade. Tal elemento possibilita resistir às múltiplas formas de opressão e dominação e favorece os vínculos mais inclusivos, justos e amorosos, como ensinado por Hooks (2013). Neste sentido, entendemos que ao possibilitar a permanência dos alunos beneficiados na escola o programa merece ser continuado, pois combate as desigualdades sociais existentes na sociedade, já tão bem definida por Bourdieu e Passeron (2018).

REFERÊNCIAS

ABREU, M. K. A; XIMENES, V. M. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. **Psicologia USP**. São Paulo. v. 32, 23 jul. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/pBtyBfxJqkXbvzwVvcQprzS/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2022.

ALMEIDA, E. E de. Gestão educacional e assistência estudantil: uma análise das práticas de gestão da assistência estudantil no Instituto Federal da Paraíba campus João Pessoa, 2017, 113f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação) - Universidade Federal da Paraíba campus João Pessoa, Ceará, 2017.

ANDRADE, A. M. J. DE; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 22, n. 2. p. 512-528, ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wqhZ5Km7XCbNbPTRwQrjP6x/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2022.

ARAÚJO, S. A. DE L. et al. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 722-743, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/aval/a/CW7CvT8tqBYZs5wWp8V7WFs/?lang=pt>. Acesso em 07 jun. 23.

BOURDIEU, P. Petrópolis: **Escritos de educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 74.

BOURDIEU-P. **Os usos sociais da Ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BOURDIEU, P; PASSERON, J.C. **Os Herdeiros:** os estudantes e a cultura. tradução Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

DIAS, C. E. S. B.; SAMPAIO, H. A constituição da assistência estudantil como campo científico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 53, p. e10516, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/10516>. Acesso em: 30 jan. 2024.

ELOI, Sueli de Souza Santos. Sistema de monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES: um modelo a partir da teoria do programa. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba. 2018.

GIBBONS, M. M. et al. “it felt like a little community”: Supporting rural Appalachian college students. *Journal of career development*, v. 50, n. 5, p. 997–1018, 2023.

GOIN, M.; MIRANDA, A. DE M. Atribuições privativas, estudo socioeconômico e serviço social: o trabalho profissional na assistência estudantil. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 25, p. 415–424, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/wGY3qxCbhNp4Gp9L47BhVnf/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2022.

HOOKS, B. **Fazendo Comunidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOOKS, B. **Ensinares a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/ibatiba/panorama>. Acesso em: 15 nov. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/ibatiba/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em: 15 nov. 2022.

JESUS, Jacqueline Alves de. **Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES nos Institutos Federais de Educação: um estudo da metodologia de implementação do IFNMG**. 2016. 131 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21511>.

LACRUZ, A. J.; LEITE, M. C. de O. **Organizando projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2023.

LIMA, W. A. S.; MENDES, V. L. P. S. Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 199–218, abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/6qh3QvDzgGTkw6H9xV7trhy/?lang=pt>. Acesso em: 12 de out. 2022.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2022.

PRAXEDES, Walter. **A educação reflexiva na teoria social de Pierre Bourdieu**. Diadema: Edições Loyola. 2015.

OLIVEIRA, J. D. de.; COUTINHO, R. X. . Políticas de assistência estudantil e permanência escolar em um Instituto Federal. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 11, n. 12, p. e414111234786, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i12.34786. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/34786>. Acesso em: 16 out. 2023.

SANTOS, L. C. DOS. Análise do impacto da Política de Assistência Estudantil na permanência dos(as) estudantes do PROEJA no Instituto Federal do Amapá – Campus Santana. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)**, v. 8, n. jan./dez., p. e188622, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1886/839>. Acesso em 21 mai. 2023.

SANTOS, S. M. DOS; FREIRE, R. S. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 260–280, ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/LFMj3QJpFMfLYtKC436mpsH/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2022

SILVA, A. M. P. Educação e Políticas Públicas : impactos e contribuições do programa de assistência estudantil no desenvolvimento dos discentes do IFTO Campus Araguatins - TO. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) Universidade de Taubaté, Taubaté, p. 93. 2013. Disponível em <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/527>.

VIEIRA, P. L.; CASTRO, R. C. A. DE M. Permanência e êxito acadêmico: contribuição da Política de assistência estudantil na UFPA, Campus de Altamira. **Revista Exitus**, Santarém, v. 9, n. 3, p. 87, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/exitus/v9n3/2237-9460-exitus-9-03-87.pdf>. Acesso em 21 mai. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. tradução: Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.